

# A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL DA GUINÉ-BISSAU: O CASO DA ILHA DE BUBAQUE

Roberto Paulo Joaquim<sup>1</sup>  
Maria Vilma Coelho Moreira Faria<sup>2</sup>

## Resumo

Na Guiné-Bissau, as organizações não governamentais têm demonstrado a sua importância devido a ausência do Estado em diversas localidades, em particular as que ficam distantes da capital e na região insular do país, resultando numa menor qualidade de vida para a população, que não é alcançada de forma satisfatória pelas ações estatais. O presente trabalho objetiva analisar como o desenvolvimento da Ilha de Bubaque tem sido influenciado pelas organizações do terceiro setor, sobretudo as organizações não governamentais (ONGs). A pesquisa apresenta abordagem qualitativa e utiliza as seguintes técnicas de coleta de dados: levantamento teórico por intermédio de pesquisa bibliográfica, realização das entrevistas semi-estruturadas pelo aplicativo *google meet* com informantes chave às instituições não governamentais, estatais e associações de base e uma pesquisa documental direcionada para o trabalho das ONGs participantes da pesquisa: IANDA GUINÉ, FASPEBI e OGD. O estudo aponta que o desenvolvimento local tem sido impactado pelas organizações do terceiro setor (ONGs) na Ilha de Bubaque que têm atuado em prol de uma melhor qualidade de vida para a população local. Assim as organizações não governamentais acabam por auxiliar a comunidade no seu processo de desenvolvimento local, por meio da flexibilidade que possuem em resolver os problemas locais e reforçar as políticas sociais destacando-se educação, saúde, agricultura familiar e emprego.

**Palavras chave:** ONGs. Desenvolvimento local. Guiné-Bissau. Bubaque.

## Abstract

In Guinea Bissau, non governmental organizations have demonstrated its importance due to the absence of the state in several localities, particularly those far from the capital and in the insular region of the country, resulting in a lower quality of life for the population, that is not achieved satisfactorily by state actions. Present work aims to analyze how Bubaque island development has been influenced by third sector organizations, especially non governmental organizations (NGOs). It presents qualitative approaches and uses the following data collection techniques: theoretical survey through bibliographical research, accomplishments of the semi-structured interviews by Google Meet app with key informants to non-governmental institutions, state and grassroots associations and a documentary research directed towards the work of NGOs search participants: IANDA GUINÉ, FASPEBI and OGD. The study points out that local development has been impacted by third sector organizations (NGOs) in Bubaque island which as been

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Graduação em Administração Pública Presencial pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

<sup>2</sup> Orientadora. Doutora em Sociologia pela University Of Tennessee.  
Data de Submissão e Aprovação:

working towards a better quality of life for the local population. Thus, non governmental organizations end up helping the community in its local development process, through the flexibility they have solving local problems and reinforce social policies detecting education, health, family farming and employment.

**Key words:** NGOs. Local development. Guinea Bissau. Bubaque.

## **Introdução**

Historicamente, tem sido verificado a atuação do Terceiro Setor como reforço às políticas sociais que visam o desenvolvimento das localidades ou como um meio que possui a capacidade, tanto para produção local quanto para resolução dos problemas sociais das comunidades. Para Alves (2014), Terceiro Setor é um termo que engloba vários tipos de organizações, de igual modo envolve diferentes análises, dentre a atuação das ONGs. Ainda, considera que esse termo começou a ser usado nos anos de 1970, nos Estados Unidos da América (EUA), para caracterizar grupos de organizações não-lucrativas.

É possível partir de uma compreensão e afirmar que quando não há, em determinado país, uma assistência governamental e não governamental considerável direcionada para saúde, agricultura familiar, emprego e educação, a qualidade de vida da população decai, assim como o desenvolvimento econômico, social, cultural e político também perde sua eficácia e alcance. Ao mesmo tempo, se as ações do Estado guineense voltadas ao desenvolvimento estiverem isoladas das demais organizações não governamentais, não será possível, de forma majoritária dar cobertura à parte continental e muito menos à zona insular do país. Tendo em consideração a presença das organizações do terceiro setor nesse contexto, torna-se relevante a necessidade de constatação de como essa presença vem atuando na Guiné-Bissau, especificamente na Ilha de Bubaque. A referida área é um setor administrativo de grande relevância em termos de diversidade cultural, recursos haliêuticos e não só é estratégico para expandir o desenvolvimento para ilhas arredores, uma vez que está no centro do arquipélago dos bijagós.

Assim sendo, considera-se relevante neste estudo, o seguinte questionamento: como o desenvolvimento local tem sido impactado pelas Organizações não Governamentais na Ilha de Bubaque? Uma vez que se verifica a fraca capacidade do Estado na promoção das políticas sociais que estimulem o desenvolvimento local ou das comunidades insulares, concretamente, da região de Bolama Bijagós, setor de Bubaque.

Reiterando, este trabalho objetiva analisar como o desenvolvimento da Ilha de Bubaque tem sido impactado pelas organizações do terceiro setor, sobretudo as organizações não governamentais (ONGs). Os seus objetivos específicos são: compreender a importância da relação entre o Estado e o terceiro setor; identificar de que maneira as organizações não governamentais apoiam a comunidade insular na questão de ensino escolar, saúde, agricultura e emprego.

A pesquisa apresenta abordagem qualitativa e a técnica de coleta de dados consiste na revisão bibliográfica, realização das entrevistas semi-estruturadas pelo aplicativo *google meet* com pessoas ligadas às instituições não governamentais, estatais e associações de base e a pesquisa documental direcionada para os arquivos das ONGs analisadas. O trabalho está dividido em três partes: a primeira, procura compreender a importância da relação entre o Estado e as Organizações Não Governamentais baseando na literatura científica e, a segunda, busca identificar de que maneira estas organizações apoiam a comunidade insular na questão de ensino escolar, saúde, agricultura e emprego e a terceira parte que apresenta as considerações finais do trabalho.

## **Referencial teórico**

### **A importância da relação entre o Estado e as Organizações Não Governamentais**

A importância da relação entre o Estado e as Organizações do Terceiro Setor vem sendo destacada pelas pesquisas dedicadas ao estudo da contribuição desse setor para o desenvolvimento do país. Segundo Silva (2019), o Estado é uma instituição social que exerce diferentes funções, uma destas funções é ser o principal elemento controlador de uma sociedade politicamente estruturada. De acordo com Rodrigues e Santos (2020), é possível compreender que, a estratégia da política se transforma em um instrumento deliberativo para o desenvolvimento territorial, à proporção que possibilita a criação de lugares de acordo estratégico com o local e com o regional. Ainda, os autores afirmam que nessa situação, o Estado, no contexto municipal, exerce uma função decisiva, apesar de tudo, não está sozinho nessa busca do desenvolvimento e se representa como adicional, operantes locais. Em convergência com a ideia dos autores anteriormente citados, Oliveira e Sobral (2017), defendem que o Estado não se posiciona como fornecedor desacompanhado de um bem público, mas como um intermediário que desempenha a sua função em conjunto com outros atores da sociedade, contornando voluntarismo, cooperação e ações de cidadania.

Conforme fundamentam Rodrigues e Santos (2020), alguns anos atrás, isto é, na

década de 1980, a situação de desenvolvimento começou a ser redesenhada. A partir deste período, a expressão *territorial* obteve destaque e o desenvolvimento passou a ser observado como resultado, ou seja, fruto de atividades regionais e locais. Salientando que, conceitos como cultura, empreendedorismo, cooperação, participação e potencialidade passaram para a pauta nos debates sobre políticas de desenvolvimento. Para Carvalho (2014), a apreciação de políticas de desenvolvimento regional coordena progressivamente a situação de que a administração do desenvolvimento inclina-se necessariamente para um cenário em que o setorial predomina o regional.

Por outro lado, percebe-se que “desenvolvimento regional é algo bom que não existe, em favor do que dever-se-iam mobilizar energias, em resposta a algo ruim que existe, isto é, desigualdades (sociais, econômicas, políticas...) entre regiões, as disparidades regionais” (THEIS, 2020, p. 20). Pelo que se pode compreender do autor, desenvolvimento regional é a forma criada para reduzir as desigualdades sociais.

E no que toca ao desenvolvimento local segundo Martins e Bosco (2002), o desenvolvimento local é realmente um acontecimento original, derivado de ponto de vista ou pensamento e de exercício do ser humano, que defrontam a provocação de enfrentar dificuldades básicas e conquistar níveis essenciais e auto-referenciados pela condição de vida na comunidade. Ainda reforçam que, na Europa, o Comitê Econômico e Social das Comunidades Europeias (*Comitê, 1995*) compreende o desenvolvimento local como um procedimento que é possível aplicar para a reativação da economia. Sobrelevando que o mesmo processo é estimulador de uma sociedade local, apoiado no aproveitamento ideal dos recursos internos, visando o aumento da economia, a criação de emprego e a melhoria da qualidade de vida da população local.

Enquanto isso, o Terceiro Setor para Alves (2014), é um termo que engloba vários tipos de organizações de igual modo envolve diferentes análises de teorias. Ainda, considera que esse termo começou a ser usado na década de 1970, nos Estados Unidos da América (EUA), para caracterizar grupos de organizações não-lucrativas.

Segundo Salamon, uma tradução feita por Falconer e Lucas (1998), a evolução notável do Terceiro Setor vem acontecendo mundialmente em trabalhos voluntários organizados e na formação de organizações não estatais sem fins lucrativos, ou seja, as organizações não governamentais (ONGs). Ainda, os autores reforçam que, esse aumento advém de muitas pressões, demandas e obrigações provenientes dos indivíduos, como cidadãos, das instituições e até dos próprios governos. E, no que tange às pressões incluídas

para expandir o terceiro setor, o autor cita três razões, nomeadamente: pressões de baixo, isto é, aquelas que se fazem na forma de movimentos populares e naturais ou espontâneos; Pressões de fora, através das atuações de diversas instituições estatais e não estatais; e por fim, pressões de cima que são feitas à sombra da configuração de políticas de governo. Além disso, salienta-se que as pressões para a criação de organizações não governamentais são provenientes de cima, do grupo de oficiais de políticas governamentais. Conforme fundamenta-se, os governos fizeram do auxílio ao setor voluntário (Terceiro Setor), uma fachada necessária de suas estratégias para economizar os seus gastos sociais governamentais.

Manas e Medeiros (2012), reforçam que, o Terceiro Setor tem sido um dos agentes indispensáveis no processo de ajuda às populações mais necessitadas, em virtude de sua política apoiada na concretização de projetos e programas eficientes para incentivar a geração de emprego e renda, assim como estimular as comunidades para o aproveitamento ou exploração de atividades que são capazes de possibilitar sua sobrevivência. Barros (2014), complementa que um cenário marcado pela vulnerabilidade e em alguns casos pelo não-comparecimento do Estado, a sociedade civil, as ONGs, têm revelado um papel fundamental junto das populações mais necessitadas, tal como no processo de fortalecimento da paz e da democracia. Com base no referido, compreende-se que, a complementaridade da execução das políticas públicas que estimulam o desenvolvimento da população carente é um notável desafio do Estado assumido pelas organizações não governamentais.

Austin (2001) *apud* Oliveira (2018), defendem que o século XXI é visto como a época das relações, com a invenção de novas maneiras de trabalhar em grupo para alcançar os objetivos e de certa forma poder apoiar a sociedade, de maneira a distanciar-se do olhar filantrópico, ou seja, de uma concedente bondoso para um donatário reconhecido para a conquista de relações estratégicas, com inumeráveis benefícios de colaboração com as organizações pertencentes ao Terceiro Setor (as organizações não governamentais).

Ademias, Oliveira (2018), aponta que diante de uma situação de crise e de depreciação mundial caindo tanto pela ineficácia do mercado quanto pela frustração na solução de problemas pelo Estado, as organizações do Terceiro Setor ficariam em um lugar estratégico, porque, fora do mercado e do Estado, associariam agilidade e a competência ou a capacidade da iniciativa não estatal com o reforço público e a familiaridade com os pedidos dos cidadãos. A autora ainda afirma que, a pluralidade do Terceiro Setor, a variedade de Estados sociais, as velhas e novas exigências da vida social e o envolvimento da sociedade civil arrastam para

a importância da cooperação, inclinando o ponto de vista para a relação em si mesma, na procura de excelente relação de cooperação entre o Estado e as instituições sem fins lucrativo.

Diante das referências citadas acima, se torna evidente em Guiné-Bissau visto que, as ONGs alicerçam o Estado na busca do desenvolvimento para a população. De acordo com Fernandes (2021), o Estado na Guiné-Bissau se localiza no contexto universal a começar de um formato específico que combina os seguintes níveis: a relação entre Estado, ONGs e associações comunitárias, empurradas pelos projetos custeados pelas agências estrangeiras de desenvolvimento. Ainda assim, o autor defende que as relações entre o Estado, as organizações e os grupos da sociedade civil tiveram origem antes da independência.

A República da Guiné-Bissau formou-se como Estado Nação através de processos migratórios e de fixação dos povos da costa ocidental africana (LOPES, 1987). Enquanto território governado, o seu processo político apresenta dois grandes períodos históricos: pré-colonial e pós-colonial, preenchidos por um tecido social multiétnico no qual encontra-se Balantas, Banhus, Biafadas, Bijagós, Cassangas, Fulas, Felupes, Mandingas, Manjacos, Mancanhas, Pepelis, Nalus entre outras etnias. Cada etnia tem a sua forma de organização sociopolítica própria diferente das demais (CABRAL, 1974; DJALO, 2013).

No seu primeiro período histórico (pré-colonial), o atual território da Guiné-Bissau passou pela dominação africana do Império do Mali, fundado no século XIII, em 1235, por Sundyata Keita, na sequência da batalha de Kirina na qual derrotou o Soumaoro Kanté que era o seu principal adversário (LOPES, 1987). Passando alguns anos, a expansão do Império do Mali atingiu o atual território da Guiné-Bissau e, não só como também, toda a costa africana. Nessa altura, a Guiné por intermédio do império do Kaabu (Gabú), que era um centro tributário do Mali, ficou sob governo do imperador do Mali (CARDOSO, 1996).

Durante o auge do Império do Mali, o processo de *mandinguização* instituído pela etnia Mandinga, através do seu reino, nos séculos XIII e XIV e que visava islamizar as demais etnias animistas até então não influenciadas pela expansão islâmica na África, impõe-se e aproximou algumas etnias pela aderência obrigatória à religião islâmica, por exemplo, Balantas, Biafadas, Banhus, Manjacos etc. (LOPES, 1987). Mais tarde, o Império do Mali declinou-se e o Kaabú tornou-se Império independente. Por meio de várias mudanças, no final do século XVIII e início do século XIX, a hegemonia Mandiga entrou-se em crise e o domínio da etnia Fula acendeu-se, pondo fim ao processo de *mandinguização*.

Sob o elevado apoio dos portugueses que no século XVIII detinham estruturas suficientes para influenciar o exercício do poder no território da atual Guiné-Bissau, os Fulas

venceram os Mandingas nas duras batalhas para o domínio do poder hegemônico no território e passaram a exercer o poder na região sob a influência portuguesa (SEMEDO, 2010).

Desde sua chegada no século XV, tendo registrado o desembarque da primeira caravana em 1446, os colônos lusitanos não perderam o interesse de exercer o poder político e armado naquele território africano. No século XIX, o domínio português era total na Guiné. Com isso, todas as formas de poder passaram a ser controladas pelos portugueses. Foi assim que o seu domínio substituiu e subjugou todas as demais formas de organização política pré-colonial, apesar das resistências internas das diferentes etnias da Guiné (LOPES, 1988).

Desde então, o território que hoje se conhece como Guiné-Bissau passou a ser colônia de Portugal. Porém, na segunda metade do século XX iniciou-se o processo de mobilização dos autóctones da Guiné e Cabo Verde para libertar os povos dos dois territórios e conquistar a independência total. O processo da resistência armada foi liderado por Amílcar Lopes Cabral e o seu partido criado em 19 de setembro de 1956 – Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) colocou-se à frente dos demais Movimentos de Libertação criados no início da década 1950 e 1960 (ÉVORA & SOUSA, 2007).

A luta de libertação foi iniciada em 23 de janeiro de 1963 e terminou em 24 de setembro de 1973 com a vitória do PAIGC contra a força armada lusitana, quando a proclamação unilateral da independência da Guiné foi feita pelos combatentes do PAIGC nas Colinas de Boé (SEMEDO, 2012; CARVALHO, 2016). Independência essa reconhecida pelo governo português em 10 de setembro de 1974 (CÁ, 2005). Assim, nasceu um Estado Nação na Sociedade Internacional denominado República da Guiné-Bissau com 36.125 km<sup>2</sup>.

A República da Guiné-Bissau “é um país constituído por uma parte insular que engloba o Arquipélago dos Bijagós, composto por aproximadamente 90 ilhas, das quais 17 são habitadas por humanos” (SANÓ, 2018, p.4). A Ilha de Bubaque é uma das ilhas que compõem o Arquipélago dos Bijagós, administrativamente pertence à Região de Bolama-Bijagós, setor de Bubaque. Para Afectos com letras (2018), a Ilha de Bubaque possui uma superfície de 48 Km<sup>2</sup> e aproximadamente 11.300 habitantes. E, fica localizada no ângulo Sudeste da zona insular (Arquipélago), dividida por um pequeno canal de Rubane e relativamente perto das Ilhas de Soga e Canhabaque.

### **O apoio das organizações não governamentais à Bubaque**

O apoio das ONGs à comunidade insular por meio do ensino escolar, saúde, agricultura e emprego tem tido uma presença marcante, por isso, há necessidade de

compreender a forma como essas ações ocorrem na Ilha de Bubaque. Para Silva e Diasso (2021), é fundamental analisar que, no ordenamento jurídico guineense, embora a existência do Decreto nº 23/92 de 23 de março, que disciplina a formação e o exercício dos trabalhos das Organizações não Governamentais da Guiné-Bissau, a lei não é resplandecente, e nem determina parâmetros omissões de diferença entre uma associação e uma ONG, uma vez que estas, têm procedimentos iguais para a legalização, ou seja, toda ONG é formalizada nos mesmos procedimentos que uma associação civil.

Além do mais, defendem que, de acordo com as informações coletadas, a diversidade entre uma Organização não Governamental e uma associação foi-se realizando por meio da criação de critérios propensos à dimensão da interferência de cada um dos recursos ou capacidades, as formas de funcionamento e, principalmente, a condição de se organizar uma estrutura legítima e formal. Ainda, acrescentam que, em geral, as Organizações não Governamentais estão vinculadas às razões como direitos humanos, meio ambiente, saúde, educação popular, entre outras. E, habitualmente, têm uma área geográfica de atuação mais alargada que a da associação civil.

Como foi ressaltado anteriormente, pode-se compreender que as atuações das organizações não governamentais que atuam em Guiné-Bissau, em particular, em Bubaque, não acontecem por acaso, mas, sim estas organizações foram dadas autorizações de suportar as políticas sociais por meio de legalização destas pelo próprio Estado. Isso porque “do ponto de vista operacional, pensar uma política nacional de desenvolvimento regional implica pensar em uma nova regionalização do país para efeitos de política pública, em geral, e da política regional, em particular”(DINIZ, 2009, p. 244). Ou seja, o autor pretende fundamentar que, o desenvolvimento regional é o convênio e orquestração de uma série de atuações que têm como propósito o decréscimo das desigualdades em uma determinada localidade ou distrito. Em consonância com esta ideia, defende-se que, “o desenvolvimento regional é um processo que compreende um conjunto de práticas e planejamento, relacionado com os atores sociais envolvidos, em prol das melhorias no planejamento do desenvolvimento local e regional” (PADILHA, TREVISOL e BERNARDY, 2017, p.1).

Com isso, compreende-se que as ONGs como umas das entidades que estão atreladas a esta questão, desempenham um papel muito fundamental para desenvolvimento local e regional. Para Landim (2002), antes de mais nada, é ideia de qualquer apreço quanto ao presente ou pósterio o fato de que ONG conquistou não apenas símbolo de uso corrente e generalizado, e de emprego mais imparcial e indiferenciado, como sinônimo de qualquer tipo

de organização não estatal voltada para a ação social. Ainda sobre o mesmo assunto o autor a pouco citado defende que,

[...] O espaço social em que se movem as ONGs apresenta mudanças empíricas consideráveis, acentuadas nos anos 90. Ressalto sobretudo a vasta área que podemos chamar da ação social privada, ou das organizações da sociedade civil dedicadas a intervenções no campo da questão social, ou da pobreza, marginalidade, vulnerabilidade, com variados ideários e práticas (LANDIM, 2002, p. 32).

Com base nos fundamentos do autor, entende-se que, as ONGs, Fundações, fundos comunitários etc. através dos seus planos ou projetos, dependendo das suas atividades, criam uma gama de oportunidades para a população que pertence às localidades em que se atua, ou seja, as localidades com menos presença de Estado em termo das ações que são capazes de motivar o desenvolvimento local e regional.

### **Principais atividades das ONGs em Bubaque**

De acordo com Barros (2014), IG! Djunto (2021) e Scantamburlo (2013), é possível descrever que, as ações das organizações não governamentais que atuam em Bubaque se tornam evidentes por meio das atividades voltadas ao ensino escolar, atividades agrícolas, apoio à saúde, apoio a ideias de reforço institucional e de competência dos coletivos de moradores organizados de longo percurso e conhecimento consolidado, apoio à conservação do meio ambiente e demais outras.

Com isso, se pode notar que estas organizações, destacando-se: IANDA GUINÉ, ADIM, FASPEBI, OGD, ASAD, MANITese, entre outras, desempenham aquilo que de fato é o papel do Estado no fomento do desenvolvimento da ilha em questão. Melhor dizendo, estas organizações do terceiro setor, estão a assumir os desafios do Estado da Guiné-Bissau nos seguintes âmbitos:

Primeiro, no âmbito educacional. Podemos compreender a educação de acordo com Gaspar (2002), como uma técnica de desenvolvimento da competência quando se trata da intelectualidade da criança e do ser humano. Ainda se sobreleva que, a educação possui uma interpretação muito vasta e extensa que, em geral, desiste de adjetivos. E quando se fala de educação já formal, o autor defende que é aquela educação que é dada nas escolas em cursos com níveis, graus, programas, currículos e diplomas. E, sobre a educação informal, Gaspar (2022), por sua vez afirma que é aquela em que a aprendesse e desde muito cedo por exemplo,

a língua materna, tarefas domésticas, normas de comportamento entre outros que aprendemos em casa ou na rua com os nossos familiares ou amigos e que passa de geração em geração. Com a educação se consegue de certa forma desenvolver a competência humana. Sendo uma necessidade que o Estado guineense carece para dar a população daquela localidade, algumas organizações não governamentais não ficaram de braços cruzados. Segundo Scantamburlo (2013), a partir de 1998 a FASPEBI<sup>3</sup> tem concretizado um projeto em colaboração com o Ministério de Educação, Cultura, Ciência, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau, com a finalidade de melhorar o ensino exigido em algumas escolas públicas do Arquipélago dos Bijagós.

Segundo, no âmbito da saúde. Como aponta a RFI (2022), de acordo com uma pesquisa feita pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a esperança de vida nos países africanos teve uma ligeira melhoria entre 2000 e 2019, saindo de 47 anos para 56 anos, comparando com a média mundial de 64 anos. Apesar desse pequeno avanço, os desafios do desenvolvimento humano ao nível esperado persistem ainda desafiadores. Na Guiné-Bissau, a esperança média de vida é de 58 anos (idem). Esses dados desafiam todos os atores estatais e não estatais a repensar políticas sociais e econômicas para o país. Por outro lado, demonstram a necessidade de investimento das organizações não governamentais em Guiné-Bissau e, em especial Bubaque, sendo entidades com ações capazes de reforçar as políticas sociais. De acordo com *IG! Djuntu*<sup>4</sup> (2021), realizou-se na Ilha de Bubaque, em 2021, a cerimônia inaugural de navio (bote) denominado “*Djuntu*”, que contou com a assinatura de um pacto de cooperação entre o Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), a organização implementadora da Ação *Ianda Guiné! Djuntu* e a Direção Regional de Saúde de Bubaque, procurando apoiar as evacuações médicas de precisão na área sanitária de Bubaque.

Por outro lado, a organização implementadora citada anteriormente enfatiza que, levando em conta a superfície das ilhas dos Bijagós e a indispensabilidade de envolver de maneira mais justificada e colaborativa com os Coletivos de Cidadãos Organizados (CCO)

---

<sup>3</sup> FASPEBI significa Fundação para o Apoio ao Desenvolvimento dos Povos do Arquipélago dos Bijagós. Relativamente aos povos, trata-se de uma parte da população da Guiné-Bissau que vive na zona insular do país. Lembrando que o país possui uma parte continental e a outra insular. um projeto em colaboração com o Ministério de Educação, Cultura, Ciência, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau, com a finalidade de melhorar o ensino exigido em algumas escolas públicas do Arquipélago dos Bijagós.

<sup>4</sup> Literalmente a expressão IG (*Ianda Guiné! Djuntu*) significa “Juntos andemos Guiné”, quer dizer as organizações estatais e não estatais devem andar de mãos dadas por toda a guiné buscando resolver os problemas sociais que se verificam nas zonas rurais do país.

que vivem nas ilhas, a *Ação Ianda* Guiné! Além da sua intervenção na área de capacitação às associações de base, na agricultura, aumentou o seu desempenho ou atuação e abrangência de projetos comunitários na área.

*Figura 1*



*Figura 1: IG! Djuntu (2021).*

Terceiro, na agricultura familiar. Compreende-se que, globalmente, as mudanças climáticas viraram cernes dos debates acadêmicos e sociais como uma forma de evitar complicações ao meio ambiente futuramente e permitir que haja eficiência no desenvolvimento das atividades voltadas à agricultura familiar e não só. Segundo FAO<sup>5</sup>, uma redação feita por Natalia da Luz (2021), foi em 30 de outubro, período em que Bruce, secção de Bubaque, ganhou um campo de produção e aproveitamento dos frutos (hortícolas). Ainda salienta que o projeto denominado “Adoção de Práticas Agrícolas Eficientes” é um projeto realizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, e pelo governo da Guiné-Bissau. Conforme explicado, o mencionado favorece diretamente mais de 600 pessoas da comunidade e ofertará mais de 20 mil litros de água a cada dia.

---

<sup>5</sup>FOA, *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação).chegarão momentos de colheita. Os produtos conseguidos, podem ser consumidos e vendidos conforme suas necessidades.

Figura 2



Figura 2: FAO (2021).

De acordo com Sebrae (2017), a cadeia produtiva da horticultura contorna vários (as) autores (as), e resumidamente apresenta a seguinte estrutura: primeiro se consegue as matérias-primas indispensáveis para produção, segundo são feitas as atividades de agricultura, a começar do cultivo até a colheita, em seguida o material é conduzido para tratamento, se for preciso, ou caso contrário, segue direto para a fase de repartição, para então, ser vendido.

Como se pode perceber, o investimento na atividade de horticultura recomendada pela agricultura familiar que a FAO faz às mulheres da aldeia de Bruce, justamente, pode obedecer à estrutura citada pela SEBRAE. Além do espaço que conseguiram, foram beneficiadas de insumos para poderem fazer a produção e após isso chegarão momentos de colheita. Os produtos conseguidos, podem ser consumidos e vendidos conforme suas necessidades.

Ainda sobre apoio aos agricultores na Ilha de Bubaque de acordo com IG! *Djuntu* (2021), a Ação *Ianda Guiné! Arrus*<sup>6</sup> compreendeu a necessidade de ajudar, em particular aos agricultores (as), no que diz respeito às sementes de arroz e a sua firmeza à nova perspectiva ambiental, com mecanismo a várias experimentações. Além do mais, afirma-se que é possível notar que com essas experimentações, principalmente, avaliar em várias bolanhas diferentes e novos procedimentos agrícolas que se enquadrem à situação climática existente, em especial a adaptação dessas nas zonas em que o projeto atua ou se faz essas experimentações.

E por fim, índices de emprego. Antes de entrar naquilo que é cerne desta parte contextualiza-se que “o trabalho tem sido habitualmente concebido como uma atividade

---

<sup>6</sup> Arrus é uma expressão da língua crioula da Guiné Bissau, que significa em português “Arroz”.

através da qual o ser humano estabelece uma relação metabólica com a natureza e o mundo social, a fim de assegurar a reprodução de suas condições materiais de existência” (VARGAS, 2016, p. 314). Com base nisso, pode-se compreender que é por meio da atuação das entidades públicas ou privadas que é possível gerar emprego para a população numa determinada localidade. Lembrando que, na epistemologia marxista,

O emprego é uma relação contratual de trabalho entre o proprietário e não-proprietário dos meios de produção e/ou renda pela qual se estabelecem as condições de compra e venda da força de trabalho, isto é, da capacidade para trabalhar dos não-proprietário dos meios de produção, em troca de uma remuneração, salário. (LAZZARESCHI, 2007, p. 9).

Como se pode entender, as organizações de terceiro setor (ONGs, fundações, fundos comunitários etc.) que atuam em Bubaque, refere-se FASPEBI, OGD, *IANDA GUINÉ DJUNTU* entre outras organizações, apoiam a comunidade no ensino, saúde, agricultura entre outras, ou apoiam na questão de emprego local permitindo os moradores trabalharem em seus projetos nas diferentes locais de intervenções no setor de Bubaque. Isso porque compreende-se que para trabalhar na questão de ensino, saúde, agricultura e demais outros setores, deve ter técnicos capazes de fazer os projetos atingirem os seus objetivos almejados e, nesse sentido, percebe-se que alguns jovens locais dependendo de critério de recrutamento de cada ONG, acabam virar os técnicos destas ações vindas das ONGs que atuam em Bubaque. Estes técnicos, de certa forma acabam ser remunerados pelos seus trabalhos.

## **Metodologia**

Faz-se necessário fundamentar que se preferiu uma abordagem qualitativa para a execução deste estudo dada a relevância e enquadramento que possui para esta pesquisa no que diz respeito ao aprofundamento das análises teóricas.

É importante salientar que, devido aos fins de alargar uma área de conhecimento, este estudo se enquadra na natureza básica. Em suma, fundamenta-se que, de acordo com De Macedo (1995), existem dois conceitos de pesquisa bibliográfica restrito e amplo. Mas, para o nosso estudo destaca-se conceito restrito tendo em conta o enquadramento que possui para o nosso trabalho. O autor defende que, é a caça de informações bibliográficas, escolha de documentos que de certa forma relacionam com o problema de pesquisa mencionando livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revistas, trabalhos de congressos, teses e demais outros, e respectivo fichamento das referências para que sejam mais tarde utilizadas para comprovar o material referenciado ou na bibliografia final.

Com tudo, podemos compreender que, “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte de pesquisa descritiva ou experimental” (MANZATO e SANTOS, 2012, p. 4). Em outras palavras, os autores pretendem explicar que a pesquisa bibliográfica busca esclarecer um problema com base nas referências teóricas divulgadas em documentos. Por outro lado, realçam que, a pesquisa bibliográfica pode ser exercida apesar de ou como elemento de pesquisa descritiva ou experimental.

No que toca a entrevista como a técnica de coletar os dados, Silva *et al* (2006), aponta que, a entrevista qualitativa oferece informações básicas para o entendimento das relações entre os atores sociais e o acontecimento, tendo como finalidade a percepção detalhada das crenças, condutas, valores e incentivos, no que se refere às condutas dos indivíduos em contextos próprios.

Em convergência com autores(as) acima citados (as), Cedro (2011), salienta que a tradição qualitativa se conduz no erguimento de dados sobre entendimento, operações, crenças e valores que podem ser explicados pelos investigadores ou pesquisadores desde uso de abordagens distintas. Ainda o autor aponta que a entrevista é uma das técnicas metodológicas utilizadas pelo modelo qualitativo no levantamento de dados na pesquisa social. Por isso, “a investigação por entrevista é uma situação interpessoal que surge através da conversação sobre um tema de mútuo interesse” (RESENDE, 2016, p.52).

Encontram-se no Apêndice deste trabalho as perguntas que foram aplicadas nas entrevistas a partir do aplicativo *google meet*, com diferentes personalidades, isto é, alguns responsáveis das ONGs, das associações de base e servidores públicos. Vale dizer que tendo em consideração público alvo diferente, foram divididas as questões em dois grupos: de 1 a 8 foram aplicadas aos responsáveis das ONGs e aos representantes das Associações de base e, 1, 4, 7 e 8 aos servidores públicos que neste estudo, foram selecionados para representar o Estado.

Vale dizer que, foram codificados os nomes dos (as) entrevistados (as), utilizando para cada um (a) deles (as), nomes de algumas aldeias (seções) de Bubaque, como uma forma de não expor as suas imagens e respeitar as suas identidades. Para isso, demos o nome de Bijante, Ancamona, Etimbato, Ambanha, Agumpa e Bruce. A ordem dos nomes será a mesma a seguir no decorrer da análise e discussão dos resultados.

Relativamente à pesquisa documental compreende-se que é a pesquisa que “utiliza materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que podem passar por novas

análises de acordo com os objetivos da pesquisa. Existe muita proximidade entre a pesquisa documental e bibliográfica [...]” (RODRIGUES e FRANÇA, 2010, p. 55). Por outro lado, sobressai-se que “tem indicado a importância da pesquisa documental como instrumento imprescindível para conhecer, descrever, caracterizar, analisar e produzir sínteses de objetos de pesquisa”( FÁVERO e CENTENARO, 2019, p. 171 ).

Realça-se que, para entrevista foram selecionadas seis pessoas entre estas, dois responsáveis das organizações não governamentais que atuam na ilha em questão, um animador de duas associações de base, uma das mulheres fundadoras da associação de base que trabalha com algumas ONGs no local, administradora de setor de Bubaque e o administrador do hospital Marcelino Banca de Bubaque.

**Quadro 1- Entrevistados e as ONGs/associações/ órgão em que trabalham**

<b>Entrevistados (as)</b>	<b>ONGs/Associações/ órgãos</b>
Bijante	OGD
Ancamona	<i>IG Djunto</i>
Etimbato	<i>Atingó Iacanto</i>
Ambanha	<i>Atingó Iacanto e Nô Djunta Mon</i>
Agumpa	Administração Local
Bruce	Hospital Marcelino Banca

Fonte: Elaboração própria (2022).

Relativamente aos(as) entrevistados(as), é importante destacar que foram escolhidas pessoas atreladas às ONGs, associações de base e servidores públicos com idades compreendidas entre 25 a 55 anos de idade. Estas pessoas foram entrevistadas individualmente e nos dias diferentes para evitar as respostas influenciadas pela opinião da outra.

Em relação a tipologia desta pesquisa quanto a sua forma é descritiva e exploratória, buscando debater os problemas inerentes às formas como as ações do Estado guineense voltadas ao desenvolvimento em alguns casos, não conseguem responder aos problemas sociais da Ilha de Bubaque. É importante salientar que, para o presente estudo, também é utilizada a técnica da pesquisa documental indireta. Lembrando que a documentação indireta é a técnica de pesquisa para coletar informações iniciais sobre a área de interesse. Por outra forma, pretende-se mostrar que esta técnica da pesquisa vai tratar de elementos que também

são bem comuns dentro de pesquisa bibliográfica e documental. Por exemplo, para realizar este trabalho, foram consultadas obras dos(as) autores(as) que já tinham pesquisado sobre o assunto.

## **Análise e discussão dos resultados**

Para compreendermos a importância da relação entre o Estado e o terceiro setor, traz-se o caso do projeto PESCARTE<sup>7</sup> que praticava atividade voltada à Pesca e Artesanato no setor administrativo do Arquipélago dos Bijagós (Ilha de Bubaque). Como se pode ver a seguir,

Entre os anos 1976 e 1981 o apoio à pesca artesanal se deve à assistência da Suécia, através do projeto Pescarte, num montante estimado em 9,5 milhões de coroas<sup>8</sup> Este projeto visava sobretudo fornecer um ponto de armazenamento do produto (câmara frigorífica) meios de transporte, rede de comercialização e meios de produção: redes, anzóis, linhas de nylon, motores fora de bordo, canoas e combustível (FERNANDES, 2012, p. 47).

Além do papel fundamental citado pelo autor, ainda se compreende que o projeto PESCARTE reformou a forma habitual em que alguns pescadores praticavam suas atividades de pesca. Ainda é entendido que era pela mão-de-obra familiar, ou seja, praticavam atividade de pesca com as canoas que não possuem motores. Mas, com atividade modernizada, se compreende que foi criada a transformação (inovação) e comercialização do pescado de forma mais fácil e produtiva.

Por outro lado, conforme informação avançada pelo Jornal Nô Pintcha (2021), uma reportagem feita com Alanso Cassamá, pescador veterano, afirma que o presente estado das coisas não tem nada a ver com o tempo de PESCARTE. Também defende que, quando os suecos ainda se encontravam em Bubaque, período em que possuíam condições de pescar, existia estabelecimento comercial onde se podia “comprar tudo” antes de ir pescar. Defendendo que a saída dos suecos levou a atividade de pesca que se praticava em Bubaque por água abaixo e que hoje as coisas completamente mudaram onde agora está a faltar tudo.

## **A percepção dos entrevistados sobre a relevância das ONGs em Bubaque**

---

<sup>7</sup> A palavra PESCARTE, resulta de uma abreviatura da pesca artesanal. É um projeto que foi desenvolvido no Arquipélago dos Bijagós, concretamente na ilha de Bubaque. O apoio à pesca artesanal em Bubaque ocorre por assistência da Suécia. Através desse projeto denominado atividade modernizada, compreende-se que foi criada a transformação (inovação) e comercialização do pescado de forma mais fácil e produtiva.

<sup>8</sup> Coroa é o nome da moeda de suéça.

Relativamente a percepção dos entrevistados sobre a relevância das ONGs em Bubaque, de acordo com Bijante, responsável da organização guineense de desenvolvimento (OGD) na Ilha de Bubaque, essa organização baseia a sua atuação em três princípios: primeiro, gestão coerente de matérias; segundo, não aplicação de fundo de forma imprópria; terceiro, apoiar a comunidade vivamente na intervenção social. Segundo ele, a sua organização está a responder aos seus princípios ou está a atuar dentro do quadro traçado para o desenvolvimento da Ilha de Bubaque. Ainda descreve que independentemente do apoio que é dado para Ilha de Bubaque, a organização tem ajudado também outras ilhas além de Bubaque.

Com relação às atuações das organizações não governamentais em Bubaque salienta-se que “o Estado está muito distante da comunidade rural, portanto, organizações não governamentais e algumas associações de base, conseguem manter a ligação do Estado com a comunidade local e regional por meio das suas ações”(BIJANTE, 2022)<sup>9</sup>. Vale dizer que a relação entre o Estado e o terceiro setor impacta na comunidade visto que após a campanha eleitoral, o Estado de forma direta não volta ao local para honrar compromissos com a população e as ONGs acabam assumindo as mesmas promessas deixadas pelo Estado. Uma das formas que mostra claramente a importância desta relação para as comunidades mais necessitadas.

Ancamona, destaca algumas atividades de baixa frequência que *IG Djunto* desenvolve enquanto organização não governamental. Trata-se da formação de capacitação dos interessados, produção de arroz, agricultura, horticultura, apoio à saúde e demais outras.

Para o entrevistado acima citado, o objetivo geral da ONG *IG Djunto*, a qual pertence, visa tornar o cidadão guineense capaz de resolver os seus próprios problemas. Ainda aponta que, antes da existência da organização na qual se fala, já existia o próprio Estado assim como muitas organizações. Defendendo que, o Estado e algumas organizações têm lutado muito para resolução dos problemas sociais da população insular, mas sem sucesso. A Ação *IG Djunto* buscou uma estratégia de resolver os mesmos problemas sociais. E, de fato, a mesma estratégia está tendo o efeito positivo. Informando que o segredo assenta-se na inclusão do beneficiário na procura de solução, por exemplo, quando há uma ideia de ajudar o outro, é preciso saber com o dono suas necessidades, dependendo da sua força para lhe apoiar, isso reduz os gastos desnecessários do Estado ou da organização não governamental que pretende apoiar. Porque quando não pergunta, pode investir naquilo que talvez a comunidade não precisaria ou já tinha,

---

<sup>9</sup> Entrevista cedida no dia 11 de dez. de 2022.

disse Ancamona.

Ainda sobre este assunto Lotta (2019), descreve que antes de implementação de políticas estatais é preciso fazer o estudo que suportará a materialização ou concretização destas. Ou seja, não basta implementar políticas públicas sem que haja uma consulta à sociedade para se inteirar da situação e da sua gravidade.

Para a comunidade necessitada, Ação IG Djunto, dá uma formação de capacitação, como forma de auxiliar a comunidade em selecionar os problemas prioritários dela mesma. Na sequência da formação, os responsáveis pela comunidade junto da própria comunidade conseguem fazer isso. Ainda afirma que,

Com estas orientações que damos, os responsáveis se tornam capazes de preencher o formulário da IG Djunto para mobilizar o fundo que a nossa ONG tem para financiar comunidades mais necessitadas. Esta e demais outras formas são estratégias que sempre aplicamos porque entendemos que quando problema é da comunidade, é preciso que a própria comunidade esteja participando da resolução do mesmo problema quer através da sua opinião ou do seu empenho (ANCAMONA, 2022).<sup>10</sup>

Ainda defende que, a importância da relação entre o Estado e as ONGs se verifica com a ausência do Estado em algumas localidades do interior do país. Portanto, fica claro que a flexibilidade de resolver os problemas sociais por parte das ONGs é uma das importâncias da relação entre o Estado e as ONGs que atuam em Bubaque. Visto que, as ONGs conseguem chegar lá e participam na busca de soluções para os problemas que o próprio Estado não consegue resolver a tempo. Apesar de tudo, o Estado joga um papel muito fundamental no estímulo de desenvolvimento por meio desta oportunidade concedida às Organizações não Governamentais que atuam em seu território.

Etimbato é uma das fundadoras da associação *Atingó Iacanto*.<sup>11</sup> Para esta entrevistada, foi muito bom pensar em colocar a Ilha de Bubaque como setor administrativo do Arquipélago dos Bijagós, porque a ilha do que se trata, está no centro das ilhas que compõem o mesmo Arquipélago. Com isso, se o setor de Bubaque for desenvolvido, o mesmo desenvolvimento será fácil de se sentir nas ilhas arredores. Para Etimbato, Atuação das Organizações não Governamentais em Bubaque, tem estimado muito o desenvolvimento local e regional por meio das suas intervenções em diferentes áreas distanciando-se: a formação de capacitação às associações de base, aulas de alfabetização às mulheres, apoio à agricultura familiar,

---

<sup>10</sup> Entrevista realizada no dia 14 de dez. de 2022.

<sup>11</sup> Literalmente significa “somos nós mulheres”. De acordo com a entrevistada, o nome da associação foi dado no dialeto bijagó como uma forma de homenagear as mulheres batalhadoras que têm lutado muito para suas sobrevivências e dos seus filhos.

horticultura, saúde entre outras áreas. Além do mais defende que é possível partir destes entendimentos para afirmar que “o papel do Estado é muito fundamental isso porque foi ele quem deu a oportunidade destas ONGs atuarem e estas estão a responder aos problemas que talvez o Estado de forma direta não estaria em condição de solucionar” (ETIMBATO, 2022)<sup>12</sup>.

Ambanha é o animador das atividades hortícolas das mulheres que pertencem às seguintes associações de base: *Atingó Iacanto* e *Nô Djunta Mon*<sup>13</sup>. Vale salientar que o responsável em que questão está a mando da ONG *IG Djunto* e ENABEL. Conforme se fundamenta, as duas associações conseguiram ter êxitos em suas produções tendo em conta apoios que receberam de ASAD, ENABEL e *IG Djunto*. Trata-se de apoio de foro de água potável feito no próprio campo de produção, apoio financeiro e material.

Também, é importante dizer que tendo em conta a evolução das mulheres no campo de produção, o entrevistado aponta que “assinamos um contrato com todos hotéis onde assumimos a responsabilidade de fornecer os legumes que as nossas mulheres de campo produzem, como uma forma de valorizar a produção local” (AMBANHA, 2022)<sup>14</sup>. Ainda salienta que, não faz sentido produzir tudo em Bubaque para abastecer o mercado local enquanto os proprietários dos hotéis locais mandam comprar em Bissau tudo que se produz em Bubaque.

O impacto destas ONGs reside na questão em que conseguem de forma direta ou indireta, mudar a dieta alimentar da população local e não só dada ao abastecimento que as associações de base fazem no mercado local. Isso vai reduzir os custos dos produtos uma vez que a oferta será sempre maior que a procura. O entrevistado defende que a importância da relação de Estado e terceiro setor é incontornável porque onde o Estado não consegue chegar às ONGs conseguem chegar através das suas ações sociais.

Para Agumpa, durante o tempo que está em Bubaque em exercício da sua função, é possível afirmar que algumas organizações não governamentais têm apoiado, hospital local, o caso da União Europeia (UE) através de um desenho feito em colaboração com os parceiros, destacando-se o Instituto Marquês Valle de Flôr. Estas apoiam o hospital local por meio do Programa Integrado para a Redução da Mortalidade Materna e Infantil (PIMI). Apesar do programa ter a sua sede em Bissau, mas mesmo assim consegue apoiar o hospital do que se fala. O PIMI atua na Maternidade e Pediatria. Durante a entrevista, o entrevistado a seguir defende que,

Com a intervenção do PIMI, as gestantes não pagam consultas, análises e nem

---

<sup>12</sup> Entrevista cedida no dia 13 de dez. de 2022

<sup>13</sup> Literalmente significa união faz a força.

<sup>14</sup> Entrevista dada no dia 13 de dez. de 2022.

parto. Estas, recebem a doação dos medicamentos oriundos do PIMI. Do mesmo modo, as crianças de zero a cinco anos de idade também não pagam consultas além disso, tem um carro disponível aqui no hospital para gestantes e crianças basta ligar e dar o endereço, o carro vai até o local para pegar paciente. Me permite citar IG Djunto que nos empresta um boto rápido para a evacuação dos pacientes para capital Bissau para sofrer um tratamento melhor (AGUMPA, 2022).<sup>15</sup>

Conforme fundamenta Bruce, as ONGs de Bubaque jogam um papel muito importante, visto que o poder econômico do Estado guineense é muito baixo, ou seja, não dá para responder a todas as necessidades da sua população. No entanto, estas organizações não governamentais acabam servindo de suporte para resolver os detectados problemas sociais. A título de exemplo, destaca uma organização denominada ASAD, afirmando que esta tem apoiado a comunidade através de um projeto que está voltado à alfabetização das mulheres com idade mais elevada. Salientado que o propósito do projeto de ASAD é fazer estas mulheres saberem ler e escrever uma vez que o mundo hoje exige muito sobre a questão de gênero. Além desta intervenção, informou que há várias ações oriundas das ONGs que atuam em Bubaque para a mesma comunidade.

Ainda sobre o assunto, defende-se que “independentemente de apoios que estas ONGs dão à comunidade local, as ONGs também fazem doações de motorizados, saldo de recarga entre outros benefícios que nos facilitam no exercício das nossas funções, enquanto integrantes do governo”( BRUCE, 2022).<sup>16</sup>

Com base no que foi discutido até aqui, compreende-se que o desenvolvimento local está sendo impactado por estas organizações locais por meio destas ações. E o Estado nesta situação acaba ficando como o maior regulador destas intervenções tendo em conta as orientações dadas às organizações para atuarem em seu território.

Do ponto de vista dos (as) autores (as) citados (as), é possível apontar que, o reforço às políticas sociais que visam o desenvolvimento das localidades, acontece por conta da abertura deixada pelo Estado guineense. É importante salientar que no decorrer deste estudo, descobriu-se que o setor administrativo de Bubaque é uma das ilhas do arquipélago dos bijagós que é assegurada pelas Organizações não Governamentais devido pouca atenção à comunidade do que se refere por parte do Estado da Guiné-Bissau. Também, durante o estudo, identificamos que uma força mútua conquista o desenvolvimento para o setor administrativo de Bubaque, ou seja, o Estado em parceria com o terceiro setor: ONGs, fundações, fundos comunitários, entre outras, conseguem estimular o desenvolvimento para a Ilha de Bubaque. Uma vez que as ações

---

<sup>15</sup> Entrevista realizada no dia 13 de dez. de 2022.

<sup>16</sup> Entrevista cedida no dia 13 de dez. de 2022.

estatais isoladas das demais ações de atores sociais não conseguem ter êxito.

### **Considerações finais**

Este estudo buscou compreender de que maneira o Estado em parceria com o Terceiro Setor: ONGs, fundações, fundos comunitários, entre outras organizações não governamentais, podem estimular o desenvolvimento local. Uma vez que as ações do Estado guineense em algum momento podem não conseguir atingir toda parte continental e insular do país. Por isso, foi importante estudar sobre a Atuação das Organização não Governamentais no Desenvolvimento Local da Guiné-Bissau: o caso da Ilha de Bubaque. Diante disso, é preciso recordar que o objetivo do trabalho, o qual foi analisar como o desenvolvimento da Ilha de Bubaque tem sido impactado pelas Organizações não Governamentais.

E pelo que se compreende, o mesmo objetivo foi atendido, visto que as organizações não governamentais (IG Djunto, FASPEBI, ASAD) entre outras, têm apoiado muito na questão do ensino escolar, saúde e agricultura familiar e de certa forma têm contribuído para gerar emprego para população local e regional por meio destas intervenções que reforçam políticas sociais.

Na primeira seção procurou-se compreender a importância da relação entre o Estado e as Organizações Não Governamentais baseando-se na literatura científica. É de realçar que nesta seção, ficou muito claro que a mesma importância reside na questão em que as ONGs conseguem apoiar as comunidades tendo em conta oportunidade cedida por próprio Estado guineense e por outro lado, é possível entender que, os desejos do Estado estão sendo respondidos pelas atuações das organizações não governamentais em particular, as que atuam no Arquipélago dos Bijagós concretamente na Ilha de Bubaque.

Enquanto isso, na segunda seção foi possível identificar que as organizações não governamentais apoiam a comunidade insular na questão de ensino escolar, saúde, agricultura e emprego. Além disso, dão apoio à Administração local e às associações de base do setor administrativo de Bubaque.

Ao longo do estudo, conseguiu-se entender que o desenvolvimento local tem sido impactado pelas organizações do terceiro setor (ONGs) na Ilha de Bubaque, tendo em conta o distanciamento que se verifica entre a comunidade rural com o Estado, portanto, organizações não governamentais e algumas associações de base, acabaram por assumir o desafio de dar o desenvolvimento à população local. Por meio da flexibilidade que possuem em resolver os problemas locais e reforçar as políticas sociais destacando-se educação, saúde, agricultura familiar e emprego.

Faz-se necessário salientar que diante da metodologia utilizada compreende-se que o trabalho poderia ser realizado presencialmente para melhor pegar as informações a partir de grande número dos entrevistados (as). Mas, teve limitações por ser uma entrevista realizada pelo aplicativo *google meet* e a queda da internet também às vezes fazia com que perdesse algumas informações. Isso fazia com que o entrevistador pedisse ao entrevistado (a) para repetir algumas informações .

## Referências bibliográficas

ALVES, Mário Aquino. **Terceiro Setor: as origens do conceito, 2014**. Disponível em: [https://www.ufjf.br/virgilio\\_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf](https://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf). Acesso em: 10 set. 2022.

BARROS, Miguel. A sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau: Dinâmicas, desafios e perspectivas. **UE-PAANE. Edições Corubal. 1ª Edição: Outubro de, 2014**.

BRASIL, SEBRAE. **Estudo de mercado agronegócio: horticultura, 2017**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/BA/Anexos/Horticultura%20na%20Bahia.pdf>. Acesso em: 14 set. 2022.

BRASIL; SILVA, Roniel Sampaio. **Conceito de Estado: Entenda o que é Estado na visão da sociologia**. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/conceito-estado-sociologia/>. Acesso em: 26 set. 2022.

CABRAL, Amílcar Lopes. **Alguns princípios do Partido**. Lisboa: Seara Nova, 1974. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/cabral/1969/11/24.pdf>. Acesso em 20 de jan. 2021.

CARDOSO, Carlos. Classe política e transição democrática na Guiné-Bissau. In: KOUDAWO, Fafali; MENDY, Peter Karibe. **Pluralismo Político na Guiné-Bissau: uma Transição em Curso**. Bissau: Nova Gráfica, 1996. p. 135-164.

CARVALHO, José Otamar de. **Desenvolvimento regional: um problema político**. Eduepb, 2014.

CEDRO, Marcelo. Pesquisa social e fontes orais: particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo. **Perspectivas Sociais**, n. 1, 2011.

DE MACEDO, Neusa Dias. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**. Edições Loyola, 1995.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova economia**, v. 19, p. 227-249, 2009.

DJALÓ, Tchernó. **O Mestiço e o poder: Identidades, dominações e Resistências na Guiné**. Lisboa: Nova Vaga, 2013.

FALCONER, Andrés Pablo; LUCAS, Alexandre; SALAMON, Lester. A emergência do terceiro setor-uma revolução associativa global. **Revista de administração**, v. 33, n. 1, p. 5-11, 1998.

FÁVERO, Altair Alberto; CENTENARO, Junior Bufon. A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites. **Revista Contrapontos**, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

FERNANDES, Aladino. **A relação entre sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau**. Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF – ISSN 1677-1001 V. 20, N. 1, p. 104 - 120, Jan/Abr 2021.

FERNANDES, Raul Mendes. **O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau: fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade** 2012. Disponível em: [https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/23327?locale=pt\\_PT](https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/23327?locale=pt_PT). Acesso em: 16/08/2022.

GASPAR, Alberto. A educação formal e a educação informal em ciências. **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência, p. 171-183, 2002.

GUINÉ-BISSAU, Jornal nô Pintcha. **Insuficiência de materiais e falta de gelo motivam escassez do pescado nas ilhas Bijagós**, 2021. Disponível em: <http://jornalnopintcha.gw/2021/09/08/insuficiencia-de-materiais-e-falta-de-gelo-motivam-escassez-do-pescado-nas-ilhas-bijagos/>. Acesso em: 16/08/2022.

GUINÉ-BISSAU, Nações Unidas. **Em parceria com FAO, Guiné- Bissau intensifica ações contra alterações do clima**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/11/1770822>. Acesso em: 14 set. 2022.

GUINÉ-BISSAU, RFI. **Guiné-Bissau entre os países com menor esperança de vida**. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/%C3%A1frica/20220816-%C3%A1frica-guin%C3%A9-bissau-na-lista-de-doze-pa%C3%ADses-onde-a-esperan%C3%A7a-de-vida-%C3%A9-menor>. Acesso em: 14 set. 2022.

GUINÉ-BISSAU; IG DJUNTO. **AÇÃO IANDA GUINÉ! DJUNTU AMPLIA ATUAÇÃO E COBERTURA NO ARQUIPÉLAGO DOS BIJAGÓS**. Disponível em: <https://iandaguine.org/acao-ianda-guine-djuntu-amplia-atuacao-e-cobertura-no-arquipelago-dos-bijagos/>. Acesso em: 20 agos. 2022.

GUINÉ-BISSAU; AFECTOS COM LETRAS. **ILHA DE BUBAQUE**. Disponível em: <https://clossvany.com/ilha-de-bubaque/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

LANDIM, Leilah. Múltiplas identidades das ONGs. **ONGs e Universidades–Desafios para Cooperação na América Latina, São Paulo: Associação Brasileira de ONGs (ABONG)**, p. 17-50, 2002.

LAZZARESCHI, Noêmia. **Trabalho ou emprego?** Paulo, 2007.

LOPES, Carlos. **A transição histórica na Guiné-Bissau: do Movimento de Libertação Nacional ao Estado**. Bissau: INEP, 1987. (Kacu Martel, 2).

Lotta, Gabriela (org). **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: ENAP, 2019.

MAÑAS, Antonio Vico; DE MEDEIROS, Eptácio Ezequiel. Terceiro setor: um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento socioeconômico. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 2, n. 2, p. 15-29, 2012.

MANZATO, Antonio José; SANTOS, Adriana Barbosa. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. **Departamento de Ciência de Computação e Estatística–IBILCE–UNESP**, v. 17, 2012.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações (Campo Grande)**, 2002.

OLIVEIRA, Gabriela Camila Sales de. **A relação de parceria entre Estado e Terceiro Setor**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra.

OLIVEIRA, Rezilda Rodrigues e SOBRAL, Karla Bezerra de Souza. **ESTADO E TERCEIRO SETOR: a Educação Complementar como um caso de coprodução de um bem público**. Disponível em: <https://ufpb.br/ebap/contents/documentos/0250-264-estado-e-terceiro-setor.pdf>. Acesso em: 26 nov.2022.

PADILHA, Luccas Santin; TREVISOL, Matias; BERNARDY, Rógis Juarez. Atores sociais e desenvolvimento regional–Aplicação da matriz de condicionantes,potencialidades e deficiências–CPD. **X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2017.

RESENDE, Rui. Técnica de investigação qualitativa: ETCI. **Journal of Sport Pedagogy & Research**, v. 2, n. 1, p. 50-57, 2016.

RODRIGUES, Denise S.; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro GSA. A pesquisa documental sócio-histórica. Metodologias e técnicas de pesquisa em educação. Belém: EDUEPA, p. 55-74, 2010.

RODRIGUES, Denise S.; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro GSA. A pesquisa documental sócio-histórica. **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém: EDUEPA, p. 55-74, 2010.

RODRIGUES, Waldecy; SANTOS, Nayara Silva dos. Desenvolvimento territorial no Brasil: uma análise a partir da concepção teórica de Karl Polanyi. *in* OLIVEIRA, Nilton Marques de (org.). **Economia, Planejamento e Desenvolvimento regional**. Palmas: Eduft, 2020. 155 p. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora/issue/view/457>. Acesso em: 27 set. 2022.

SCANTAMBURLO, Luigi. Parceria entre a FASPEBI e o Ministério de Educação, Cultura, Ciência, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau: Complemento através do regime de autogestão. **II Coopedu–África e o Mundo (Livro de Atas)**, p. 101-109, 2013.

SEMEDO, Odete Costa. **Guiné-Bissau: história, cultura, sociedade e literatura**. – Belo Horizonte: Nadyala: 2010.

SILVA, Cleunismar e DIASSO, Melisiana Rodrigues. Quadro legal relativo à intervenção das OSC na Guiné-Bissau: desafios, perspectivas e recomendações para melhoria. Disponível em: <https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2021/09/estudo-quadro-legal-osc-guine-bissau-ianda-djuntu.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2022.

SILVA, Grazielle Roberta Freitas et al. Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. **Online Brazilian Journal of Nursing**, v. 5, n. 2, p. 246-257, 2006.

SILVA, Mônica Aparecida Rocha; ALMEIDA, Lia. Sociedade políticas públicas e desenvolvimento. Palmas: Eduft, 2020. 137 p.

THEIS, Ivo Marcos. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Celso Furtado**, p. 43, 2020.

VARGAS, Francisco Beckenkamp. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Caderno CrH**, v. 29, p. 313-331, 2016.

## APÊNDICE

1. Qual é a sua opinião sobre as atuações das ONGs em Bubaque?
2. Conhece os princípios das ONG? Se sim, considera que os princípios das ONG estão a ser observados durante a sua atuação em Bubaque?
3. Quais são os compromissos da ONG com a sociedade?
4. Como o desenvolvimento local tem sido impactado pelas organizações do terceiro setor na Ilha de Bubaque?
5. Qual é a importância da relação entre o Estado e a ONG em que você trabalha?
6. De que forma esta relação impacta na comunidade ?
7. Qual é a importância da relação entre o Estado e o terceiro setor (ONGs) que atuam em Bubaque?
8. De que maneira as organizações não governamentais apoiam a comunidade insular na questão de ensino escolar, saúde, agricultura e emprego?